

REGRAS DE ABRANGÊNCIA PARA METODOLOGIA **LIFE**

LIFE-BB-IN-MP19-2.0-R1-PT

Versão: 2.0-R1

Idioma: Português

Aplicabilidade: Internacional



Título: Regras de Abrangência para Metodologia LIFE

Código: LIFE-BB-IN-MP19-2.0-R1-PT

Aplicabilidade: Internacional

Tipo: Procedimento de Gestão (MP)

Versão: 2.0-R1

Status: Final

Idioma: Português

Aprovação: Conselho Diretor do Instituto LIFE

Data: 31/08/2023

Em caso de dúvida e/ou inconsistência entre versões, deve ser consultado o documento original (versão em português).

Contato:

Instituto LIFE

Rua Victor Benato, 210 – Bosque Zaninelli – Pilarzinho

CEP: 82.120-110 - Curitiba - PR - Brasil

Tel.: +55 41 3253 7884 www.institutolife.org contato@institutolife.org

Instituto LIFE 2023

Direitos reservados pela lei de direitos autorais no Brasil e no Exterior segundo os termos definidos nas legislações brasileira e estrangeira pertinente ao assunto. Qualquer forma de reprodução deste documento ou parte de seu conteúdo necessita de permissão expressa escrita pelo Instituto LIFE.



OBJETIVO

Este documento estabelece as regras para definição do escopo de avaliação da uma organização/produtor, para fins de aplicação da Metodologia e/ou Certificação LIFE de Negócios e Biodiversidade.

APLICAÇÃO

Aplica-se às organizações interessadas na utilização da Metodologia LIFE, às organizações certificadas LIFE (ou em processo de certificação), aos organismos certificadores LIFE e demais partes interessadas.



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	REGRA GERAL DE ABRANGÊNCIA	5
	REGRAS ESPECÍFICAS PARA CADA SETOR	
	3.1 SETOR PRIMÁRIO	
	3.2 SETOR SECUNDÁRIO	
	3.3 SETOR TERCIÁRIO	8
IN	FORMAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESTE DOCUMENTO	. 10



1. INTRODUÇÃO

As Regras de Abrangência são essenciais para a aplicação da Metodologia LIFE de Negócios e Biodiversidade, com ou sem fins de certificação, pois delimitam o escopo de avaliação e, consequentemente, a responsabilidade da organização em atender os requisitos aplicáveis do método e os de legislação.

Essa delimitação é indispensável para: i) verificação do nível de atendimento organizacional ao Padrão LIFE, ii) cálculo do Índice de Pressão à Biodiversidade (IPB), assim como para iii) definição do Desempenho Mínimo em Biodiversidade (DMB).

A Metodologia LIFE apresenta Regras de Abrangência direcionadas aos setores primário, secundário e terciário, as quais se encontram explanadas nos itens a seguir.

2. REGRA GERAL DE ABRANGÊNCIA

Cada organização/produtor/unidade de negócio aplica a Metodologia LIFE em suas instalações de forma autônoma, independentemente de pertencer ao setor primário, secundário ou terciário.

Em situação de certificação, cada organização/produtor/unidade de negócio passa por processo de auditoria de terceira parte, via organismo certificador credenciado LIFE, para obtenção do certificado individual.

3. REGRAS ESPECÍFICAS PARA CADA SETOR

3.1 SETOR PRIMÁRIO

Para o setor primário (ex. agricultura, pecuária e silvicultura) a definição do escopo de avaliação depende do tipo de produção da matéria-prima, a saber:

a) Produção própria em área própria

É de reponsabilidade da organização/produtor atender aos requisitos da Metodologia LIFE nas áreas próprias, assim como a todos os requisitos ambientais legais aplicáveis.



Em situação de certificação o atendimento aos requisitos torna-se obrigatório para que a organização/produtor obtenha o certificado LIFE.

b) Produção própria em área arrendada

É de responsabilidade da organização/produtor atender aos requisitos da Metodologia LIFE nas áreas arrendadas. Nos casos em que o contrato esteja limitado a apenas uma parcela da propriedade, esta responsabilidade estará vinculada apenas às áreas previstas no contrato. Porém, todos os requisitos ambientais legais aplicáveis às propriedades precisam ser atendidos, ainda que o contrato esteja restrito apenas às áreas de produção.

Em situação de certificação o atendimento aos requisitos nas áreas arrendadas torna-se obrigatório para que a organização/produtor obtenha o certificado LIFE.

c) Produção em parcerias (integrado, fomento e afins)

É de responsabilidade da organização/produtor atender aos requisitos da Metodologia LIFE nas áreas de parceiros. Nos casos em que o contrato esteja limitado a apenas uma parcela da propriedade, esta responsabilidade estará vinculada apenas às áreas previstas no contrato. Porém, todos os requisitos ambientais legais aplicáveis às propriedades precisam ser atendidos, ainda que o contrato esteja restrito apenas às áreas de produção.

No entanto, se a propriedade parceira utilizar a Metodologia LIFE voluntariamente e assumir os compromissos com os requisitos de forma direta dispensa-se a inclusão dessa área no escopo de avaliação da organização/produtor.

Em situação de certificação torna-se obrigatório para a organização/produtor incorporar as áreas de parceiros (previstas no contrato) no escopo de avaliação para a obtenção do certificado LIFE. Porém, se a propriedade parceira for certificada LIFE isenta-se essa responsabilidade da organização/produtor.



d) Produção terceirizada

Para casos em que a produção seja terceirizada aplicam-se as regras para Avaliação de Fornecedores (Documento de Referência).

Observações

No caso de organizações com mais de uma propriedade, o Faturamento Bruto da organização deverá ser rateado entre as unidades, proporcionalmente à área plantada. O Desempenho Mínimo em Biodiversidade (DMB) será a somatória das pontuações de todas as fazendas.

Para casos em que a organização/produtor compre matéria-prima e/ou materiais que componham o custo direto de seus produtos, aplicam-se as regras para Avaliação de Fornecedores (Documento de Referência).

3.2 SETOR SECUNDÁRIO

Para o setor secundário (ex. fábrica e indústria) o escopo compreende toda a extensão física da(s) unidade(s) de negócio da organização selecionada(s) para avaliação.

Caso a organização possua mais de uma unidade de negócio a avaliação poderá ser realizada individualmente ou agrupada para todas as unidades (desde que elas estejam na mesma ecorregião e região hidrográfica).

Já para circunstâncias em que a organização do setor secundário tenha produção primária própria, seja em áreas próprias e/ou arrendadas, as unidades de produção primária precisam ser incluídas no escopo de avaliação.

Quando a matéria-prima for proveniente de áreas próprias localizadas em outro país que não aquele da organização em questão, e a Metodologia LIFE não esteja adaptada para esse país, aplicam-se as regras para Avaliação de Fornecedores (Documento de Referência), até que haja a adaptação nacional do método.



Para ocasiões em que a produção primária não seja própria, como, por exemplo, produção em parceria, aplicam-se as regras para Avaliação de Fornecedores.

Para casos em que a organização compre materiais que componham o custo direto de seus produtos, aplicam-se as regras para Avaliação de Fornecedores.

Caso a organização do setor secundário possua unidades de negócio do setor terciário não há necessidade de incluí-las no escopo de avaliação.

Em situação de certificação o atendimento às orientações anteriormente mencionadas é obrigatório. Ou seja, não é possível certificar a organização sem certificar as unidades de produção primária própria, seja em área própria e/ou arrendada. No entanto, é facultativo incluir todas as unidades de negócio do setor secundário e, se houver, do setor terciário, no escopo de avaliação.

3.3 SETOR TERCIÁRIO

Para o setor terciário (ex. lojas, escritórios e centros de distribuição) o escopo compreende toda a extensão física da(s) unidade(s) de negócio da organização selecionada(s) para avaliação.

Caso a organização possua mais de uma unidade de negócio a avaliação poderá ser realizada individualmente ou agrupada para todas as unidades (desde que elas estejam na mesma ecorregião e região hidrográfica).

Já para circunstâncias em que a organização do setor terciário tenha produção primária (em áreas próprias e/ou arrendadas) e/ou secundária própria, estas unidades de produção precisam ser incluídas no escopo de avaliação.

Quando a matéria-prima for proveniente de áreas próprias localizadas em outro país que não aquele da organização em questão, e a Metodologia LIFE não esteja adaptada para esse país, aplicam-se as regras para Avaliação de Fornecedores (Documento de Referência), até que haja a adaptação nacional do método.

Para ocasiões em que a produção primária não seja própria, como, por exemplo, produção em parceria, aplicam-se as regras para Avaliação de Fornecedores.



Para casos em que a organização compre materiais que componham o custo direto de seus produtos, aplicam-se as regras para Avaliação de Fornecedores.

Em situação de certificação o atendimento às orientações anteriormente mencionadas é obrigatório. Ou seja, não é possível certificar a organização sem certificar a(s) unidade(s) de produção primária própria (em área própria e/ou arrendada) e as de produção secundária própria. No entanto, é facultativo incluir todas as unidades de negócio do setor terciário.



INFORMAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESTE DOCUMENTO

Versão 1.0: aprovada em 17/05/2018, pelo Conselho Diretor do Instituto LIFE. Emissão inicial decorrente do desmembramento do documento "Regras de Abrangência e Certificação de Grupo para Certificação LIFE".

Versão 2.0: aprovada em 06/04/2020, pelo Conselho Diretor do Instituto LIFE. Refinamento da redação e complemento de conteúdo para melhor compreensão do escopo de avaliação de uma organização/produtor.

Versão 2.0-R1: aprovada em 31/08/2023, pelo Conselho Diretor do Instituto LIFE. Atualização das siglas da metodologia, alteração de layout do documento e inserção da nova logomarca do Instituto LIFE.